

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**GRELHA DE CORREÇÃO DO EXAME DE DIREITO ROMANO**  
**TURMA A**  
**Data do Exame- 20 de janeiro de 2022**  
**Grupo I**

Responda, sucintamente, a **duas** das seguintes questões:

**1-Quais as funções e a relevância do Pretor?**

- Integração do Pretor no *Cursus honorum*;
- Cronologia da criação dos cargos de Pretor Urbano e Peregrino;
- Qualificação do Pretor como magistrado ordinário e maior;
- Princípios caracterizadores do mandato do Pretor: temporalidade, colegialidade, responsabilidade;
- O Pretor como magistrado dotado de *imperium*, *potestas* e *iurisdictio*;
- A atuação processual do Pretor nas *legis actiones* e no *agere per formulas*;
- Expedientes do Pretor baseados no *imperium* e na *iurisdictio*;
- O *Ius edicendi* do Pretor: o decreto e o edicto.

**2-O que eram e que valor tinham os plebiscitos?**

- Os plebiscitos como deliberações da plebe, aprovando uma proposta do tribuno da plebe, nos *concilia plebis*;
- A problemática da evolução do valor dos plebiscitos quanto à sua capacidade de vinculação e suas etapas:
  - a *Lex Valeria Horatia de plebiscitis* de 449 a. C.
  - a *Lex Publilia Philonis* de 339 a. C.
  - a a *Lex Hortensia de plebiscitis* de 286-7 a. C.
- A equiparação dos plebiscitos às leis: a controvérsia doutrinária.
- A relação entre a evolução dos plebiscitos e o reforço do estatuto dos plebeus.

### 3-Em que consistia a *Rogatio*?

- Identificação da *rogatio* enquanto ordem (numa primeira fase) ou pedido (numa segunda fase por influência do pensamento cristão) de aprovação do projeto de lei, mas também enquanto parte da *lex rogata*;
- Integração da *rogatio* no processo legislativo;
- Descrição dos procedimentos seguidos nesta fase;
- A *rogatio* enquanto acto de *potestas* do magistrado;

### 4-Como caracteriza as constituições imperiais e qual a sua tipologia?

- As constituições como decisões diretas e unilaterais do *princeps*/imperador;
- As constituições imperiais como *leges* e a sua controversa classificação como *ius novum*;
- As constituições imperiais como resultado da deslocação do poder legislativo para o imperador;
- A tipologia das constituições: *edictum*; *decretum*; *rescriptum*; *mandatum*.
- As novas espécies surgidas no Baixo Império: as *adnotationes* e as *pragmaticae sanctiones*.

## Grupo II

Responda a **duas** das seguintes questões:

### 1-Relacione os *mores maiorum* com a Lei das XII Tábuas.

- Conceito de *mores maiorum*;
- Identificação e caracterização da Lei das XII Tábuas;
- Os *mores* como uma das principais fontes da Lei das XII Tábuas;
- A Lei das XII como forma de resolução do conflito entre *mores* e *leges*;
- A controvérsia sobre a derogabilidade ou inderogabilidade dos *mores* pelas *leges*;
- A importância da Lei das XII Tábuas na secularização do *ius*, separando-o da moral cívica (*mores maiorum*).

## **2-Integre fundamentadamente o *Ius Flavianum* no processo de laicização da jurisprudência.**

- Conceito de jurisprudência;
- Explicação do processo de laicização da jurisprudência por grandes fases;
- O *Ius Flavianum* como principal momento desse processo: explicação da compilação de formulários atribuída a Ápio Cláudio e da sua publicação por Gneu Flávio;
- A superação do determinismo da solução divina dos conflitos e a passagem para a argumentação fundamentada das soluções.
- O *Ius Flavianum* como momento fundador do direito como criação humana:

## **3-Relacione a codificação do *Edictum Perpetuum* com a configuração política do Principado.**

- O Principado como período da história política de Roma: caracterização.
- A concentração de poderes como forma de destruição do conteúdo jurídico-político das magistraturas;
- O desgaste lento dos pretores: razões;
- A decisão de codificar o Edito por Adriano;
- O *Edictum Perpetuum* com forma de destruição do *ius praetorium*:

## **4- Distinga as funções de *cavere, agere e respondere*.**

- Caracterização destas funções como as três ações dos jurisperitos sistematizadas por Cícero;
- O *cavere* como forma de “jurisprudência cautelar” destinada a prevenir conflitos e garantir a correção formal dos atos praticados;
- O *agere* enquanto atividade destinada ao aconselhamento das pessoas no âmbito processual; a relação desta função com o trabalho do Pretor na formulação do *edictum repentinum*;
- O *respondere* como atividade mais relevante dos jurisperitos perante as consultas de natureza jurídica feitas por particulares, magistrados ou juizes;
- Identificação de funções complementares dos jurisperitos: a docência e a produção de literatura jurídica.

### Grupo III

Interprete e comente **um** dos seguintes textos:

**1- “Os jurisprudentes passaram de criadores e aplicadores de Direito a assessores do poder imperial que agora detinha a criação (poder legislativo) e a aplicação do Direito (poder executivo e poder judicial). A sua função passou da construção da solução justa, para a tecnicidade das soluções legal e judicial”.**

**Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Introdução ao estudo do Direito Romano. As questões fundamentais*. 2021, AAFDL.**

- Identificação do período da história política de Roma focado no texto. O dominado; caracterização;
- Conceito de jurisprudência;
- A *auctoritas*: definição;
- O desaparecimento progressivo da jurisprudência livre e criativa. A substituição da *auctoritas* dos jurisprudentes pelo *imperium* do imperador;
- O fim do casuísmo como busca da solução mais justa;
- O fim do pluralismo jurídico e a redução do direito ao produto da vontade do imperador.
- A burocratização dos jurisprudentes.
- A funcionalização do poder judicial.

**2- “O senatusconsulto é o que o senado ordena e constitui. Na verdade, como o extraordinário aumento da população romana tornou difícil a sua convocação para deliberar sobre as leis, pareceu justo consultar o senado em vez do povo”.**

**Gaio I.1.2.5.**

- O senatusconsulto enquanto ato da responsabilidade do senado. Composição do Senado, evolução e funções.
- Identificação do período da evolução do senatusconsulto a que se refere o texto de Gaio (deliberação/decisão do senado);
- Percorso cronológico da evolução do senatusconsulto, por fases, e sua relação com a configuração dos poderes institucionais em cada fase;
- Estrutura formal do senatusconsulto.
- Identificação dos primeiros senatusconsultos com força de lei e referente a direito substantivo, respetivamente;
- A relação do senatusconsulto com a *oratio principis*.
- A intervenção do senado reduzida a uma mera formalidade.

Cotação I: grupo- 4 valores, grupo II-8 valores, grupo III-8 valores Duração: 90 minutos